

**Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)**

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	121.406	63.263	121.770	64.150
Aplicações financeiras vinculadas	4	48.901	32.378	49.060	32.527
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	5	3.598	2.300	3.606	2.323
Tributos a compensar e outros adiantamentos a terceiros	6	2.454	4.433	2.488	4.439
Demais ativos circulantes	-	1.468	1.142	1.468	1.142
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>177.827</b>	<b>103.516</b>	<b>178.392</b>	<b>104.581</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	663	-	663	-
Depósitos judiciais	16.1	894	2.369	894	2.369
Outros créditos a receber	-	-	-	3	4
Investimentos	7	376	817	-	-
Imobilizado líquido	8	52.242	44.081	52.242	44.081
Intangível	9	4.499	4.446	4.499	4.446
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>58.674</b>	<b>51.713</b>	<b>58.301</b>	<b>50.900</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>236.501</b>	<b>155.229</b>	<b>236.693</b>	<b>155.481</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)**

	Notas	Capital social integralizado	Reserva de lucros	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>		14.088	7.054	21.142
Lucro líquido do exercício	-	-	33.016	33.016
Distribuição de dividendos	17	-	(17.845)	(17.845)
Deságio/Compra vantajosa	-	-	1.662	1.662
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>		<b>14.088</b>	<b>23.887</b>	<b>37.975</b>
Integralização de capital com bens	-	11.790	-	11.790
Lucro líquido do exercício	-	-	34.583	34.583
Distribuição de dividendos	17	-	(11.843)	(11.843)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>		<b>25.878</b>	<b>46.627</b>	<b>72.505</b>

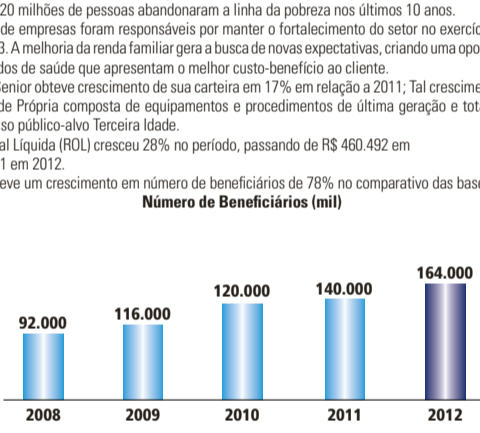
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro e 2012 e de 2011 (Valores expressos em milhares de reais)**

**1. Contexto operacional**  
A Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda. ("Empresa") foi fundada em 04 de abril de 1997. De origem familiar, fundamentou-se em um novo conceito de atendimento médico: "A Medicina Preventiva"; Sua trajetória teve início com a inauguração do primeiro hospital da rede, o Hospital Sancta Maggiore Humaitá, com 18 leitos, sendo 08 de internação e 10 de UTI, além de 1 centro cirúrgico para atender seus 667 beneficiários, tem como atividade preponderante a operação de plano privado de assistência à saúde nos termos da Lei nº 9.656/98, mediante a cobertura de custos assistenciais com a finalidade de garantir acesso e atendimento por profissionais e serviços de saúde próprios e de terceiros, integrantes da rede credenciada ou referenciada, visando à assistência médica e hospitalar. Assim sendo, o conceito de plano de saúde da operadora foi criado desafiando o paradigma de que apenas a medicina curativa, normalmente relacionada a grandes hospitais, sofisticados procedimentos e custos elevadíssimos, poderiam ter sucesso neste país. Enfrentando o desafio de demonstrar que esse conceito poderia dar lugar à uma nova concepção de atendimento à saúde, a Empresa revitalizou a tradicional medicina preventiva, oferecendo aos seus beneficiários não apenas os tratamentos curativos, mas, também, a possibilidade de prevenir, cuidar e retardar o aparecimento de problemas relacionados à idade. O plano de saúde Prevent Senior criou um novo modelo de negócio, viabilizando preços acessíveis para faixa etária a partir de 49 anos amparado na medicina preventiva. A carteira de clientes da Empresa é de 164.000 vidas em 2012 e 140.000 vidas em 2011. Sua sede é localizada na Cidade de São Paulo. Enquadra-se como Operadora Médico-Hospitalar, no Segmento Secundário, de acordo com a Resolução RDC nº 39 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), registrada sobre o número 30214-7.

**1.1. Relatório da Administração**  
O ano de 2012 teve como referência para o Brasil a redução de taxa de juros acompanhada de medidas como a redução da taxa de depósitos compulsórios, uma vez que a expansão do crediário depende não só da redução das taxas de juros, mas, também, de prazos de financiamentos mais dilatados. E isto só se consegue com expectativas positivas dos agentes econômicos em relação ao futuro desempenho da economia. De acordo com dados divulgados pelo IBGE em 01 de março de 2013, o PIB brasileiro de 2012 cresceu 0,9% em relação ao ano anterior. Em valores correntes, o PIB brasileiro atingiu R\$ 4,403 trilhões (US\$ 2,223 trilhões). O único setor da economia brasileira que cresceu em 2012 foi o de serviços, com alta de 1,7%. Sendo assim, o cenário econômico nacional em 2012, junto com a melhoria da renda dos brasileiros, aqueceram o mercado de planos privados de saúde no Brasil. Dados apontam que 20 milhões de pessoas abandonaram a linha da pobreza nos últimos 10 anos. Fusões e aquisições de empresas foram responsáveis por manter o fortalecimento do setor no exercício e devem continuar acontecendo em 2013. A melhoria da renda familiar gera a busca de novas expectativas, criando uma oportunidade de mercado para os planos privados de saúde que apresentam o melhor custo-benefício ao cliente. Em 2012, a Prevent Senior obteve crescimento de sua carteira em 17% em relação a 2011; Tal crescimento é viabilizado pelo investimento em Rede Própria composta de equipamentos e procedimentos de última geração e totalmente adaptada às necessidades de nosso público-alvo Terceira Idade.

A Receita Operacional Líquida (ROL) cresceu 28% no período, passando de R\$ 460.492 em 2011 para R\$ 531.391 em 2012. A Prevent Senior obteve um crescimento em número de beneficiários de 78% no comparativo das bases entre 2008 e 2012:



Por tais fatores, em 2013, daremos continuidade ao nosso crescimento sempre com a filosofia de enfrentamento do desafio de demonstrar uma nova concepção de atendimento à saúde, enfatizando e revitalizando a tradicional medicina preventiva, oferecendo aos nossos beneficiários não apenas os tratamentos curativos, mas também a possibilidade de prevenir, cuidar e retardar o aparecimento de problemas relacionados à idade.

**1.2 Público Terceira Idade**  
A terceira idade no Brasil cresceu cerca de 11 vezes nos últimos 60 anos, passando de 1,7 milhão para 18,5 milhões de pessoas nesta faixa etária. Em 2025, serão 64 milhões e, em 2050, um em cada três brasileiros será idoso. Entre os anos de 1940 e 2006, o número de idosos registrados no Brasil cresceu cerca de 11 vezes, passando de 1,7 milhão para 18,5 milhões. Em torno de 71% dos idosos registrados conseguem ter independência financeira. Eles são responsáveis por uma renda anual de R\$ 243 bilhões, um poder de compra representativo. A maior parte da renda percebida pelos idosos, em torno de 49%, é originária de ganhos da Previdência. Em seguida, 39% dos rendimentos são provenientes de trabalho. Receitas advindas de aluguéis representam 7% da renda anual declarada.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis**  
**2.1. Base de apresentação das demonstrações financeiras**  
As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela ANS "Agência Nacional da Saúde". As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo (International Accounting Standards Board - IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controlada pelo método da equivalência patrimonial, conforme previsto na legislação societária brasileira.

**2.2. Base de consolidação das demonstrações financeiras**  
As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e incluem as demonstrações financeiras da Empresa e de sua controlada, encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas no item 2.1. O controle é obtido quando a Empresa tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades, sendo este fator ocorrido somente no exercício de 2012. A controlada é integralmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Empresa e deixam de ser consolidada, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa. A controlada foi consolidada integralmente, com o respectivo cálculo da participação dos acionistas não controladores, incluindo as contas de ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza de cada conta, complementada com as eliminações de: (a) Saldos de investimentos e do patrimônio líquido; (b) Saldos de contas correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ou passivo mantidos entre a empresa consolidada; e (c) Receitas e despesas, bem como lucros não realizados, quando aplicável, decorrentes de negócios entre a empresa consolidada. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Empresa e da seguinte empresa controlada, cuja participação percentual na data do balanço é resumida como segue:

	2012 e 2011	Participação integral
Prevent Senior Corporate Operadora de Saúde Ltda. (i)		99,99
<b>2.3. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras</b>		

**2.3.1. Apuração do resultado**  
O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, observando o seguinte:

- Receita:** reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável, a receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre as receitas. As receitas com as contraprestações provenientes das operações de planos privados de assistência à saúde são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário - pro rata dia - do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura.
- Custo:** os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada. Como parte destas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de provisão.

**2.3.2. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras**  
A moeda funcional da Empresa é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

**2.3.3. Caixa e equivalentes de caixa**  
Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". A abertura dessas aplicações está apresentada na Nota Explicativa nº 3.

**2.3.4. Aplicações financeiras vinculadas**  
As aplicações financeiras estão vinculadas a ativos garantidores e tem como objetivo o lastro do total das provisões técnicas, e do excedente da dependência operacional, mediante sua vinculação à ANS "Agência Nacional da Saúde". As aplicações financeiras estão sendo classificadas no ativo circulante por possuírem prazo máximo de 180 dias para resgate, contados da data da aplicação e fora do grupo "Caixa e equivalentes de caixa", por não possuírem provisão de resgate imediata, sem risco significativo de mudança de valor.

**2.3.5. Créditos de operações com planos de assistência à saúde**  
São registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos destes créditos, em contrapartida à conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde para os planos médico-hospitalares. A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação eletiva é constituída com base nos valores vencidos há mais de 60 dias e de acordo com a posição do "Aging-list" e, em função dos créditos em aberto por natureza de beneficiária pessoa física. A Administração da Empresa revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-lo à evolução de inadimplência de sua carteira.

Destacamos que, tendo em vista o giro da carteira das suas contas a receber, não foi necessária a realização de ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2012.

**2.3.6. Investimentos em controladas**  
Os investimentos da Empresa em sua controlada são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC18 (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras da Controladora.

**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
<b>Passivo circulante</b>					
Provisões técnicas de operações de assistência médica	10	65.133	43.934	65.315	44.172
Fornecedores	11	15.055	10.549	15.055	10.549
Impostos e contribuições a recolher	12	8.648	8.660	8.653	8.673
Parcelamento de impostos e contribuições a recolher	13	605	685	605	685
Empréstimos e financiamentos	14	8.897	5.324	8.897	5.324
Salários, provisão de férias	-	12.987	8.843	12.987	8.843
Outras contas a pagar	-	5.990	2.636	5.995	2.637
Ratão de recebimentos	15	22.734	19.104	22.734	19.104
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>140.049</b>	<b>99.735</b>	<b>140.241</b>	<b>99.987</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Provisões técnicas de operações de assistência médica	10	2.303	-	2.303	-
Empréstimos e financiamentos	14	11.932	4.950	11.932	4.950
Provisão para contingências	16	8.944	9.166	8.944	9.166
Parcelamento de impostos e contribuições a recolher	13	768	-	768	-
Impostos e contribuições a recolher	12	-	1.762	-	1.762
Outras contas a pagar	-	-	1.641	-	1.641
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>23.947</b>	<b>17.519</b>	<b>23.947</b>	<b>17.519</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Reserva de lucro	-	46.627	23.887	37.344	23.887
Capital social	17	25.878	14.088	35.161	14.088
		72.505	37.975	72.505	37.975
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>236.501</b>	<b>155.229</b>	<b>236.693</b>	<b>155.481</b>

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças das participações societárias na controlada após a aquisição.

**2.3.7. Imobilizado**  
Registrados ao custo de aquisição, formação, adicionados dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante desenvolvimento de projetos. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 8, que se aproximam da vida útil-econômica dos ativos. O Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

**2.3.8. Intangível**  
Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

**2.3.9. Ágios**  
O ágio ou deságio determinado na aquisição de um investimento é calculado como a diferença entre o valor de compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida. O ágio está fundamentado em: (i) Mais-valia de ativos, representada pela diferença entre o valor contábil da empresa adquirida e o valor justo dos ativos e passivos (registrados no imobilizado) e (ii) Rentabilidade futura, representada pela diferença entre o valor justo dos ativos e passivos e o valor de compra (registrado no Imobilizado). A parcela fundamentada na mais-valia de ativos e passivos é amortizada na proporção em que esses ativos e passivos na empresa adquirida são realizados.

**2.3.10. Intangível**  
Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Fontes gerados internamente, excluídos os valores capitalizados de gastos com desenvolvimento de produtos, são reconhecidos no resultado do exercício em que surgiram. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil-econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução do valor recuperável.

**2.3.11. Arrendamento mercantil**  
Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. A depreciação dos bens é calculada às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 8. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

**2.3.12. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment")**  
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Não houve constituição de estimativa para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

**2.3.13. Eventos a liquidar com operações de assistência à saúde**  
Os eventos a liquidar com operação de assistência a saúde são registrados no passivo com base no efetivo recebimento das faturas de prestadores de serviços, tendo como contrapartida a conta de despesa de provisão para eventos a liquidar. Também estão incluídos nesta rubrica "Outros custos de pessoal e de outras despesas", inclusive parcela destinada à cobertura de valores a pagar por eventos ocorridos até a data do balanço patrimonial, porém, avisados posteriormente, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10.

**2.3.14. Rateio de recebimentos**  
O rateio de recebimentos refere-se à apropriação pelo valor correspondente ao rateio diário - pro rata dia - do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura.

**2.3.15. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**  
Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes, quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**2.3.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**  
Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, estes juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Empresa avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 2012 e de 2011, não foram transacionadas operações que se qualificassem a serem ajustadas.

**2.3.17. Empréstimos e financiamentos**  
São atualizados até a data do balanço pelo indexador determinado em cada contrato. A variação monetária, os juros e os demais encargos são apropriados em despesas financeiras dentro do período de competência.

**2.3.18. Imposto de renda e contribuição social**  
O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (25% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias da contribuição social e do Imposto de Renda são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável.

**2.3.19. Lucro por quota**  
O lucro por quota é calculado considerando-se o número de quotas nas datas de encerramento dos exercícios.

**2.3.20. Instrumentos financeiros**  
Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Empresa e por sua controlada são classificados sob as seguintes categorias: (1) Ativos financeiros mantidos até o vencimento e (2) Empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

**Ativos financeiros**  
**(1) Ativos financeiros mantidos até o vencimento (aplicações financeiras vinculadas)**  
Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

**(2) Empréstimos e recebíveis**  
São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, no caso da Companhia e de suas controladas, compreendem as aplicações financeiras e as contas a receber de contraprestações.

**Passivos financeiros**  
Representados por empréstimos e financiamentos bancários e saldos a pagar, exceto pela conta corrente, os demais são apresentados pelo valor original, acrescido de juros, variações monetárias e cambiais incorridos até as datas das demonstrações financeiras. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, incluindo os custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Empresa não possuía nenhuma operação em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos, conforme Nota Explicativa nº 14.

**2.4. Principais julgamentos e estimativas contábeis**  
Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas as estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas este período, ou, também, em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

**2.4.1. Provisão de eventos ocorridos e não avisados**  
Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10, a Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA) que retrata garantia de eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente foi calculada de acordo com as determinações das Resoluções Normativas (RNs) nº 206/09 e 209/09 que revogam a RN nº 160, de 03 de julho de 2007.

**2.4.2. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas**  
A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota Explicativa nº 16. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com um certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

**2.4.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa**  
A provisão para perdas na realização de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no critério descrito na Nota Explicativa nº 5.

**2.4.4. Vida útil dos bens do imobilizado e intangível**  
Conforme descrito na Nota Explicativa nº 8, a Empresa e sua controlada revisam anualmente a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período de relatório.

**Demonstrações dos Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)**

Demonstrações dos Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)	Notas	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
<b>Receita bruta operacional</b>					
<b>Contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde</b>					
Contraprestações líquidas	18	573.737	448.514	574.182	449.187
Variação das provisões técnicas	-	(17.897)	(11.978)	(17.869)	(12.098)
<b>Eventos indenizáveis líquidos</b>					
Eventos indenizáveis	19	(388.606			

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
PIS e COFINS	1.396	1.212	1.396	1.218
ISS - Imposto Sobre Serviço municipal	1.082	866	1.083	868
Contribuição social sobre o lucro	486	945	486	945
IRPJ - Imposto de renda da Pessoa Jurídica	525	3.724	525	3.724
<b>Impostos e contribuições (diretos e indiretos)</b>	<b>3.489</b>	<b>6.747</b>	<b>3.490</b>	<b>6.755</b>

Descrição	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) de empregados e de terceiros	689	540	690	541
Encargos sociais - INSS e FGTS	3.726	2.645	3.726	2.645
PIS/COFINS/CSLL retidos na fonte de prestadores de serviço	949	412	951	416
Outros	65	78	66	78
<b>Impostos e contribuições</b>	<b>5.159</b>	<b>3.675</b>	<b>5.163</b>	<b>3.680</b>

Total de impostos e contribuições	8.648		10.422	
	2012	2011	2012	2011
Total de impostos e contribuições circulante	8.648	8.660	8.653	8.673
Total de impostos e contribuições não circulante	-	1.762	1.762	1.762

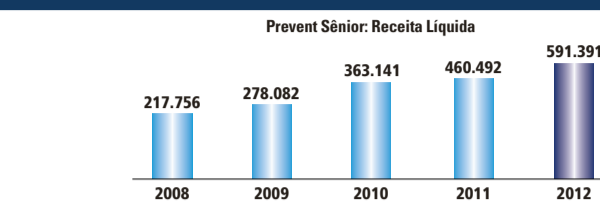
Tipo de parcelamento	Início		Vencimento		Encargos financeiros		2012		2011	
	Início	Vencimento	Início	Vencimento	2012	2011	2012	2011	2012	2011
ISS - Imposto sobre Serviço Municipal (i)	02/10/09	02/12/12	02/10/09	02/12/12	Juros 1,6% + Selic	241	685			
IRPJ - Imposto de Renda (ii)	31/07/12	30/06/17	31/07/12	30/06/17	Juros Selic	974				
CSLL - Contribuição Social (ii)	31/07/12	31/03/13	31/07/12	31/03/13	Juros Selic	158				
<b>Total de parcelamentos</b>						<b>1.373</b>	<b>685</b>			

Parcelamento - circulante	605	685
Parcelamento - não circulante	768	-

**(i) Parcelamento Administrativo - PAT** - a Empresa aderiu em dezembro de 2009, ao Parcelamento Administrativo de Débitos Tributários (PAT), instituído pela Lei nº 14.256/2006, Instrução Normativa SF/Surem nº 5/2010, publicada no DDM SP de 21/03/2010. O programa destina-se ao pagamento de débitos tributários, constituídos ou não inscritos em Dívida Ativa, relativos aos tributos administrados pela Secretaria Municipal de Finanças. O parcelamento é baseado em 36 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pela taxa SELIC.

**(ii) Parcelamento Ordinário IRPJ e CSLL** - a Empresa aderiu, em julho de 2012, ao Parcelamento Ordinário, no qual os débitos relativos a tributos e contribuições (exceto contribuições previdenciárias) podem ser parcelados em função da Secretaria de Receita Federal (RFB), enquanto não inscritos como Dívida Ativa da União, o parcelamento refere-se a débitos declarados de IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido do exercício de 2008, os débitos de IRPJ foram parcelados em 60 parcelas mensais e sucessivas corrigidas pela taxa SELIC e CSLL em 09 parcelas consequentemente.

Descrição	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
Despesas com pessoal (i)	27.713	(21.078)	27.713	(21.078)
Despesas com serviços de terceiros (ii)	(13.169)	(11.618)	(13.184)	(11.748)
Despesas com localização e funcionamento	(6.838)	(6.206)	(6.838)	(6.206)
Depreciação e amortização	(7.520)	(3.491)	(7.520)	(3.491)
Despesas com publicidade e propaganda	(4.702)	(7.825)	(4.702)	(7.825)
Despesas administrativas diversas	(7.221)	(4.780)	(7.221)	(4.842)
<b>Total</b>	<b>(6.163)</b>	<b>(49.998)</b>	<b>(6.233)</b>	<b>(50.188)</b>



**19. Eventos indenizáveis**  
Os eventos indenizáveis líquidos consistem no conhecimento de custos com serviços médicos, de acordo com termos de relações contratuais com nossa rede credenciada, relativos a atendimentos, consultas, exames, e demais procedimentos médicos com remuneração baseada em tabela de procedimentos vigente. Os valores são registrados de acordo com os avisos recebidos. A sinistralidade no ano de 2012 foi de 65,8% sendo 1,9% p.p. maior que em 2011. O aumento da sinistralidade não acompanhou o crescimento da carteira em 24.000 vidas. A linearidade apresentada pela sinistralidade em 2012 no comparativo com 2011 foi reflexo de política de investimento em novas unidades de rede própria hospitalares e continuidade à atenção e ao foco na prevenção de patologias a pacientes com pré-disposições a doenças crônicas. Tal fator em conjunto com oficinas de saúde contribuíram de forma significativa na melhora da qualidade de vida do público-alvo da operadora tendo assim reflexos positivos nos resultados obtidos.

Reconciliação Sinistralidade	2012	2011	2010	2009	2008
Receita Operacional Ajustada	591.391	460.492	363.141	278.082	217.756
Custo Médico-Hospitalar Líquido	388.606	293.714	233.036	207.161	159.361
Sinistralidade	65,7%	63,8%	64,2%	74,5%	73,2%

20. Despesas de comercialização	2012	2011
Descrição	2012	2011
Comercialização sobre contraprestações de assistência a saúde	(36.640)	(33.759)
<b>Total</b>	<b>(36.640)</b>	<b>(33.759)</b>

As despesas de comercialização consistem em comissões e outras taxas de vendas devidas a corretores independentes pela venda de planos de assistência médico-hospitalar.

21. Despesas gerais e administrativas	Controladora	Consolidado
Descrição	2012	2011
Despesas com pessoal (i)	27.713	(21.078)
Despesas com serviços de terceiros (ii)	(13.169)	(11.618)
Despesas com localização e funcionamento	(6.838)	(6.206)
Depreciação e amortização	(7.520)	(3.491)
Despesas com publicidade e propaganda	(4.702)	(7.825)
Despesas administrativas diversas	(7.221)	(4.780)
<b>Total</b>	<b>(6.163)</b>	<b>(49.998)</b>

(i) Compreende se a gastos com salários, benefícios, formação profissional, indenizações.  
(ii) Referem-se substancialmente a despesas com prestação de serviços, contabilidade, informática, advogados e auditores.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Despesas financeiras	3.730	(705)	3.700	(710)
Despesas com juros e encargos sobre empréstimos	(41)	-	(44)	(12)
Outras despesas financeiras	(3.771)	(705)	(3.744)	(722)

Receitas financeiras	Controladora	Consolidado
Receitas com títulos de renda fixa	10.203	7.935
Outras receitas financeiras	3.992	3.741
<b>Total</b>	<b>14.195</b>	<b>11.676</b>

O resultado financeiro líquido totalizou uma receita de R\$ 10.424 mil em 2012, resultado superior a 21,6% quanto comparamos o exercício anterior. O Resultado financeiro foi alcançado pelo alto desempenho econômico da Empresa, que aplicou suas sobras de caixa, garantindo, assim, rendimentos líquidos consistentes com a realidade econômica do Brasil, possibilitando, assim, a empregabilidade dos rendimentos auferidos em investimentos da Rede Própria.

**23. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**  
**a) Composição das provisões de Imposto de Renda e da contribuição social sobre o lucro - corrente**  
A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social apurada conforme alíquota nominal e efetiva está apresentada a seguir:

Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ajustes para aplicação da alíquota efetiva	52.568	-	51.349	-
Adições	5.422	5.572	5.422	5.572
Exclusões	(3.364)	(2.989)	(3.364)	(2.989)
Alíquota fiscal nominal	34%	34%	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social apurada</b>	<b>18.573</b>	<b>18.333</b>	<b>18.573</b>	<b>18.333</b>
(-) Redução de incentivos fiscais	(187)	-	(187)	-
<b>Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado</b>	<b>18.406</b>	<b>18.333</b>	<b>18.406</b>	<b>18.333</b>

O lucro líquido contábil, base para distribuição de dividendos no ano de 2012 somou R\$ 34.583 mil, montante semelhante a 2011 apresentando acréscimo de 4,75%. Tal acréscimo de lucratividade decorre de aumento de ações de investimentos em marketing, patrocínios pertinentes à solidificação da marca Prevent Senior; agregados a investimentos em Rede Própria tanto na abertura de novas unidades médicas e hospitalares, quanto na modernização de equipamentos e ferramentas administrativas/hospitalares.

**b) Composição dos ativos fiscais diferidos e movimentação do resultado de imposto de renda e contribuição social diferidos**  
Os saldos de ativos diferidos apresentam-se como segue:

Descrição	31/12/12
Adições temporárias / permanentes (deduzidos de incentivos fiscais)	5.422
Exclusões temporárias	(3.471)
<b>Base de cálculo dos créditos diferidos</b>	<b>1.951</b>
Alíquota fiscal nominal	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado diferido</b>	<b>663</b>

Em 31 de dezembro de 2012, a Empresa, a administração e os investidores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas arroladas a taxas pós-fixadas.

As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

**b.2. Risco de crédito**  
O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e pelos procedimentos de avaliação e concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa", conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 5.

**b.3. Risco de liquidez**  
A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Empresa, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Empresa, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

**Gestão de capital**  
Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos quotistas e beneficiários às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A posição financeira líquida corresponde ao total do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos.

**c) Valores de mercado**  
Em 31 de dezembro de 2012 de 2011, os valores de mercado das aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos registrados nas demonstrações financeiras pelo fato de eles estarem atreladas à variação do CDI. Os empréstimos e valores registrados são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como "não circulantes".

**25. Seguros**  
A Empresa adota política de contratar coberturas de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Empresa tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar, no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operações.

**26. Eventos subsequentes**  
Implantação de um novo plano de saúde - Resolução Normativa da ANS nº 314, de 23 de novembro de 2012 - Ficou estabelecido que registro dos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de Janeiro de 2013. Com a adoção deste novo plano, o RFP estabeleceu que tais medidas abaixo sejam elaboradas pelas ODS (Operadoras de Plano de Saúde) em 2013.

(I) Aumento das despesas com programas para promoção de saúde e prevenção de riscos e doenças aprovados pela ANS como fator redutor da exigência mensal de margem de solvência, nos termos da regulamentação específica.

(II) Provisão para Prêmios ou Contribuições Não Ganhas (PPCNG) - o cálculo da PPCNG deve arrolar a parcela de prêmios ou contribuições não ganhas, relativa ao período de cobertura do risco, sendo formada pelo valor resultante da fórmula abaixo, nos contratos em pré-pagamento, por meio de cálculos individuais dos contratos vigentes na data base de sua constituição.

São Paulo, 19 de março de 2013.

**Laércio Ros Soto** Diretor Presidente  
Contador CRC 1SP-212.430/0-3

**Newton Clayton dos Anjos Mencinaukis**  
Contador CRC 1SP-221.286/0-1

**Fontes Auditores Independentes - Sociedade Simples**  
CRC 2SP-030.002/0-7

**RSM**  
A member firm of RSM International

## 10. Intangível

Descrição	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
Patentes e patentes	24	24	24	24
Licença de uso de software (i)	20	1.462	(545)	917
Direito de exploração hospitalar (ii)	-	3.558	-	3.558
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>5.044</b>	<b>(545)</b>	<b>4.499</b>

(i) O período de amortização do intangível licença de uso de software compreende o período de 60 meses.  
(ii) Trata-se do direito permanente de exploração hospitalar em decorrência da aquisição de negócios hospitalares da empresa ANS em 30 de setembro de 2011 - Consultoria Médica Empresarial Ltda., representados pelo seu respectivo valor comercial.

Movimentação do intangível	Patentes e marcas	Software	Direito de exploração hospitalar	Total
Saldo em 31/12/11	24	864	3.558	4.446
Adições	289	-	-	289
Depreciação	(1)	-	-	(1)
Depreciação	(235)	-	-	(235)
<b>Saldo em 31/12/12</b>	<b>24</b>	<b>917</b>	<b>3.558</b>	<b>4.499</b>

**10. Provisões técnicas**  
**10.1. Provisões técnicas de operações de assistência médica**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Provisões de eventos ocorridos e não avisados (Peonal) (i)	56.182	38.285	56.315	38.449
Eventos a liquidar de operações de assistência à saúde (ii)	7.297	5.649	7.346	5.723
Eventos a liquidar - Ressarcimento Sus (iii)	3.957	-	3.957	-

Circulante  
67.436 43.934 67.618 44.172

Não circulante (Ressarcimento Sus)  
2.303 - 2.303 -

(i) Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA) - conforme a Resolução Normativa ANS nº 67, de 04 de fevereiro de 2004, foi efetuada a citada provisão, a qual, em 31 de dezembro de 2012 estava assim composta:

Conforme RN nº 209, artigo 16 (Redação dada pela RN nº 274, de 20/10/2011) até que haja a aprovação da metodologia de cálculo, as OPS deverão consignar valores mínimos de PEONA, observando o maior entre os seguintes valores:

a - 9,5% (nove vírgula cinco por cento) do total de contraprestações/prêmios nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido.

b - 12% (doze por cento) do total de eventos indenizáveis na modalidade de preço preestabelecido, nos últimos 12 (doze) meses.

**Metodologia de cálculo conforme RN nº 209**

Controladora	2012	2011
Contraprestações/prêmios (12 meses)	591.391	460.492
Eventos indenizáveis	460.492	363.141
Percentual adicional	9,5%	12%
<b>Total</b>	<b>26.307</b>	<b>26.374</b>

(ii) Eventos a liquidar de operações de assistência à saúde - em 31 de dezembro de 2012, representa eventos indenizáveis decorrente de contas médicas ou de avisos da prestação de serviços apresentados à Empresa. Este procedimento de reconhecimento de despesa está em vigor desde o mês de setembro de 2008, com vistas ao atendimento do Ofício da ANS nº 4342/2008, que atende o item 1.4.4 do anexo I, Capítulo II, da Instrução Normativa nº 09/07 da DIOPE.

(iii) Eventos a liquidar - ressarcimento SUS - o ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998 e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos. Os valores devidos podem ser parcelados em até 60 vezes, por meio do Requerimento de Parcelamento de Débito (RPD). Foi pelo site da ANS, a partir da constituição e da confissão da dívida.

A operadora deve apresentar à ANS o formulário-padrão de RPD assinado pelo representante legal, além de documento que comprove a pagamento da primeira parcela. Caso deferido o RPD, o valor-base de cada parcela será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculada a partir da data da concessão até o mês anterior ao do pagamento, além de 1%, relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

**10.2. Testes para adequação de passivos relacionados aos planos de saúde**  
A Empresa conforme premissas de mercado realizou internamente estudo técnico sobre a adequação de seus passivos relacionados aos planos de saúde vigentes em 31 de dezembro de 2012. Este teste tem por objetivo verificar se as provisões técnicas registradas são suficientes para cumprir com as obrigações decorrentes destes contratos. Com base nos fluxos de caixa descontados para entradas e saídas de caixa estimadas para as cartóreas de clientes individuais e coletivos, não foi identificada necessidade de complemento aos passivos já constituídos. Estes fluxos foram calculados a partir de premissas atuariais para sinistralidade, estimativas para despesas de comercialização e administrativas, de reajuste das contraprestações e custos médicos, e trazidos a valor presente.

**11. Fornecedores**

Descrição	Controladora	Consolidado
Fornecedores de bens	2.072	837
Fornecedores de serviços	12.779	8.900
Contas a pagar	704	812
<b>Total</b>	<b>15.555</b>	<b>10.549</b>

É representado principalmente por fornecedores de serviços de publicidade manutenção e de limpeza e de materiais hospitalares alimentação, equipamentos e utensílios.

Fernando Fagundes Parrillo - Diretor-Presidente

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**  
Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais, referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Prevent Senior Operadora de Saúde Ltda. ("Empresa") em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**  
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda. ("Empresa"), o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

**Ênfase**  
Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda. ("Empresa"), essas práticas diferem do IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

**18. Contraprestações efetivas de operações de assistência**